



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000650-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Repetição de indébito**
 Requerente: **Pallone Centro Automotivo Comércio de Importação Ltda**
 Requerido: **ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito com pedido de liminar, ajuizada por **PALLONE CENTRO AUTOMOTIVO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO LTDA** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Aduz, em resumo, que: por comercializar veículos automotores, boa parte deles acaba sendo vendida ou repassada a terceiros antes do prazo de 30 dias estabelecido pelo Detran para efetuar a sua devida transferência; os inadimplementos de IPVAs que geraram protestos ocorreram após as datas das transações/vendas dos veículos, devidamente comunicadas ao órgão competente e que a "negativação" oriunda dos protestos lhe tem gerado enormes constrangimentos de ordem moral e patrimonial, impedindo a formalização de negócios comerciais e de atividades de consumo, motivo pelo qual também requer indenização por danos morais.

Juntou documentos às fls. 13-18/25-33.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 34-35.

Citada (fl. 41), a Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação às fls. 43-68, na qual aduz, em resumo, que: os veículos que geraram a cobrança de IPVA's estão em nome de autor, sendo, portanto, o seu responsável tributário; os documentos apresentados referem-se tão somente à inserção no cadastro do Detran da intenção de efetuar um gravame, não substituindo, dessa forma, a necessidade da cópia do DUT; o autor não providenciou a comunicação da alienação no ano de 2008; a tradição do bem móvel não tem relevância para a responsabilização pelo pagamento do IPVA; não vislumbra a ocorrência de danos morais, pois os lançamentos dos tributos teriam ocorrido por omissão do próprio autor. Requer a improcedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Documentos acostados às fls. 69-75.

A FESP apresentou agravo de instrumento (fls. 77-96), mas foi mantida a decisão agravada (fl. 97), a fim de se obstar o protesto.

O requerente comunicou novo protesto (às fls. 107-108) referente ao Fiat Palio, placas DSN 5198, IPVA de 2013, no valor de R\$ 1.858,13, título 1140875350 (fl.109).

Foi determinada a apresentação do CRV assinado e com firma reconhecida (fl.110), tendo a autora juntado aos autos os documentos de fls. 114-121.

Em réplica (fls.124-125), a FESP assevera que os documentos apresentados não se equiparam à providência formal decorrente da determinação legal.

O requerente comunicou outro protesto (fls.126-127) referente ao Fiat Palio, placas DSN 5198, IPVA de 2014, no valor de R\$ 1.643,82, título 1181137086 (fl.128).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não merece acolhimento.

Inicialmente, cumpre salientar que a venda de automóvel é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência, há a necessidade de assinatura, com firma reconhecida, do Certificado de Registro de Veículo CRV.

Uma vez alienado o veículo, há a transferência de propriedade, com a consequente sub-rogação de direitos e deveres concernentes à própria relação de direito consubstanciada.

Assim, a cada sujeito que celebre a tradição de um bem móvel, cumpre satisfazer os respectivos encargos tributários, determinados em razão da detenção, eis que criada nova relação.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro ou a expedição de novo certificado de registro, a titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o DETRAN tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente.

Pois bem. As notas fiscais de fls. 115 e 119 dizem respeito à entrada da mercadoria no estabelecimento do autor. O CRV de fls. 116 diz respeito à aquisição do veículo pelo autor e a nota fiscal de fls. 121, por si só, não comprova a transferência do bem, não tendo o autor trazido aos autos a autorização para transferência do veículo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(CRV), preenchida com os dados do comprador, devidamente datada e com reconhecimento de firma.

É notório que o autor não comunicou ao Detran as alienações noticiadas na inicial, como exige o artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro., tendo havido, apenas, a comunicação de intenção de gravame, feita pelo Banco. Assim, por não ter comprovado a alienação dos veículos, que ainda figuram em seu nome até a baixa permanente do bem no Detran e não ter adotado todas as cautelas necessárias após as referidas vendas, no sentido de comunicar as alienações ao Detran, no prazo de 30 dias, possui o autor a responsabilidade solidária pelo pagamento dos tributos devidos.

É certo que o C. STJ tem mitigado a aplicação do artigo 134 do CTB, mas isso quando comprovada a efetiva transferência do bem, o que somente se dá com apresentação do CRV, o que não ocorreu.

Como não houve a necessária comunicação, não se pode responsabilizar o requerido por danos morais, pois agiu dentro do permissivo legal.

Nesse sentido:

BEM MÓVEL. VENDA DE VEÍCULO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FALTA DE OPORTUNA COMUNICAÇÃO AO DETRAN DA VENDA REALIZADA A TERCEIRO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO PROVIDO. Não é o caso de reparação por dano moral, pois não evidenciada a sua ocorrência, não se tratando de hipótese em que a sua identificação se apresenta in re ipsa (TJ-SP - APL: 10538520098260071 SP 0001053-85.2009.8.26.0071, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 07/02/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/02/2012, undefined)

Por fim, tem-se que há previsão legal que possibilita ao Governo do Estado de São Paulo realizar o protesto de Certidão de Dívida Ativa, sendo admitido pelo posicionamento mais recente do Colendo Superior Tribunal de Justiça. De fato, o artigo 25 da Lei nº 12.757, de 27 de dezembro de 2012, incluiu o parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 9.492/97, passando a prever expressamente o protesto de outros tipos de dívidas ou títulos, não necessariamente materializados em documento cambial, o que inclui a certidão de dívida ativa, vejamos:

“Art. 1º. Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.”

Note-se que referida norma ampliou o poder dos cartórios, que, anteriormente, somente podiam protestar títulos de natureza cambial, permitindo-se agora protestar títulos e outros documentos de dívida ativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido.

Após o trânsito em julgado, oficie-se aos Cartórios de Protestos, para que procedam ao protesto dos títulos objeto desta ação, que permanecem sustados por decisão da Segunda Instância.

Diante da sucumbência, condeno o autor a arcar com as custas judiciais, bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

P.R.I.C

São Carlos, 24 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**